

CONFLITOS ENVOLVENDO ASSASSINATOS DE ATIVISTAS AMBIENTAIS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS

Diego Malvasio Bertolino¹

Adriana Malvasio²

Fábio de Jesus Castro³

Políticas públicas, Legislação e Meio Ambiente

Resumo

A temática discutida neste estudo aborda a perseguição sistemática dos ativistas ambientais no Brasil nos últimos cinco anos de dados coletados. Quanto ao objetivo geral, a pesquisa tratou de quantificar e caracterizar os conflitos envolvidos, utilizando-se da metodologia quali-quantativa, através da análise de dados secundários. Já nos resultados, constataram-se evidências de um padrão de perseguição seletiva, diretamente influenciado pela formação histórico-cultural local e, portanto, concluiu-se que é circunstancial uma ressignificação das políticas públicas ambientais, em função das particularidade dos complexos regionais brasileiros.

Palavras-chave: Crimes Ambientais; Líderes Ambientais; Complexos Regionais; Políticas Públicas; Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Segundo a ONG Global Witness, cujo trabalho foi nomeado ao Prêmio Nobel da Paz de 2003, entre 2014 e 2018, 872 pessoas foram mortas ao redor do mundo por atuarem pacificamente na defesa do meio ambiente. Infelizmente – e não por acaso –, o Brasil protagonizou esse ranking por quatro anos consecutivos: totalizando 205 vítimas no período analisado (GLOBAL WITNESS, 2019). Tal conjuntura transcende a estatística e culmina num padrão nacional de perseguição seletiva, no qual determinados lugares concentram proporcionalmente os maiores índices de fatalidades de causas específicas. Nesse sentido, ao analisar os perfis dos ativistas ambientais assassinados no Brasil, é imprescindível levar em consideração as especificidades locais que resultaram nesses conflitos. E foi pensando

¹ Aluno do Curso de graduação em Direito, Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Franca, diego.malvasio@unesp.br

² Profa. Dra. da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus de Palmas, Colegiado da Engenharia Ambiental, malvasio@uft.edu.br

³ Prof. Dr. da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus de Palmas, Colegiado da Biologia EaD, fabiojcastro@uft.edu.br

nessas particularidades que, em 1967, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger dividiu o território brasileiro em três complexos regionais: Amazônia, Nordeste e Centro-sul (Figura 1). Essa organização baseou-se nos critérios históricos, culturais e econômicos de cada lugar – independente das fronteiras estaduais (GEIGER, 1970). Exemplarmente, no Complexo Regional do Nordeste, onde a agricultura familiar é expressiva, cerca de 53% dos óbitos ligados ao ativismo ambiental se relacionam às lutas da população camponesa (conforme apontado nesse estudo), explicitando uma relação de causa e consequência.

Dessa forma, esse trabalho objetiva quantificar e caracterizar os homicídios ocorridos no Brasil entre 2014 e 2018 envolvendo os ativistas ambientais ligados aos grupos mais afetados (indígenas, quilombolas, camponeses e sem-terra), a partir da Regionalização Geoeconômica estabelecida por Pedro Pinchas Geiger.

METODOLOGIA

Com intuito de cumprir com os objetivos quantitativos e qualitativos propostos por este estudo, optou-se pela metodologia quali-quantitativa baseada no trabalho de Marconi e Lakatos (2002). Para tanto, inicialmente foram compilados os dados numéricos fornecidos pelos relatórios mais recentes dos últimos 5 anos da ONG Global Witness (2014 a 2018), cuja análise permitiu o entendimento da extensão do problema. Posteriormente, cada vítima foi identificada e localizada, utilizando-se dos mesmos relatórios e da grande mídia. Por fim, as motivações pelas quais os defensores ambientais atuavam foram classificadas (em causas indígenas, quilombolas, camponesas e sem-terra) e caracterizadas de acordo com as macrorregiões brasileiras (Figura 1) propostas por Geiger (1970).



Figura 1: Divisão Geoeconômica Brasileira, segundo Geiger (1970). Fonte: Revista Brasileira de Geografia, ano 34, n. 4.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados selecionados, uma perspectiva numérica concentrada se impõe: cerca de 88% dos homicídios nacionais ligados ao ativismo ambiental entre 2014 e 2018 ocorreram na Macrorregião Amazônica (Figura 2). Por outro lado, os complexos regionais do Nordeste e o do Centro-sul contabilizaram no mesmo ranking cerca de 8% e 4%, respectivamente. Decerto, essa centralização intensa tem raízes históricas profundas – originadas, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento Amazônico (SUDAM), durante o Regime Militar (MERLINO e MENDONÇA, 2011). Isto é, com a finalidade de promover uma utópica “integração nacional”, os governos militares transformaram a exploração intensiva da terra e a migração populacional desmedida em políticas públicas – pasmem, na maior floresta tropical do planeta (IBGE, 2018). Fatidicamente, o resultado foi diretamente proporcional: mais de 50 anos envoltos em grilagem de terras, impunidade judicial, perseguição à grupos minoritários, fraudes fundiárias, corrupção de agentes públicos, fiscalização convenientemente reduzida e assassinatos de líderes locais (ZHOURI, 2001 e 2004).

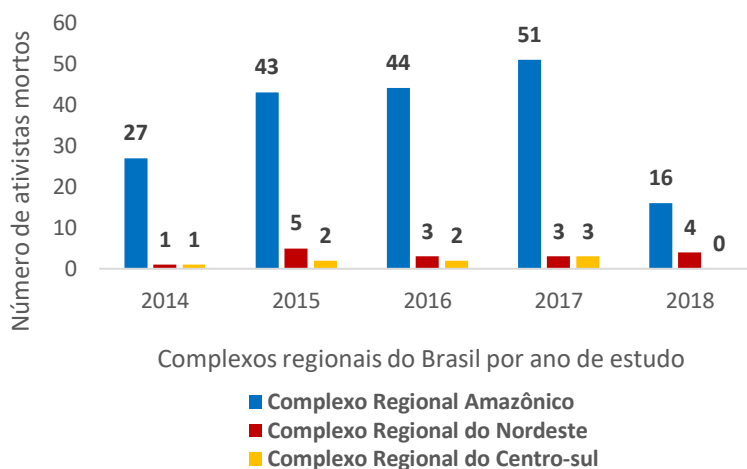


Figura 2: Gráfico do número de ativistas ambientais assassinados entre 2014 e 2018 nos Complexos Regionais do Brasil. Fonte: Global Witness (2014 a 2018).

Contudo, ao analisar separadamente os dados de cada região, um novo padrão é observado: cada local possui um grupo específico predominantemente perseguido (Figura 3). Dessa forma, vale apontar que cinco dos oito homicídios ocorridos no Centro-sul

vitimaram ativistas ligados a agricultores sem-terra (Figura 3). Isso se deve, provavelmente, ao engajamento sindical histórico da região que, de modo exemplar, foi a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) – ambos criados na década de 1980, em resposta ao projeto desenvolvimentista militar (PAULILO, 2003).

Seguindo essa mesma tendência, as principais lutas dos ativistas ambientais assassinados na Amazônia e no Nordeste geigerianos, naquele período, foram, respectivamente, a indígena e a camponesa. E, de maneira similar, a formação histórica local novamente se estabelece, pois cerca de 98% da extensão dos Territórios Indígenas (TIs) nacionais concentram-se na Amazônia Legal (ISA, 2015), enquanto no Nordeste, a agricultura familiar possui a maior proporção por área no país, sobretudo nos estados do Ceará e de Pernambuco (IBGE, 2017).

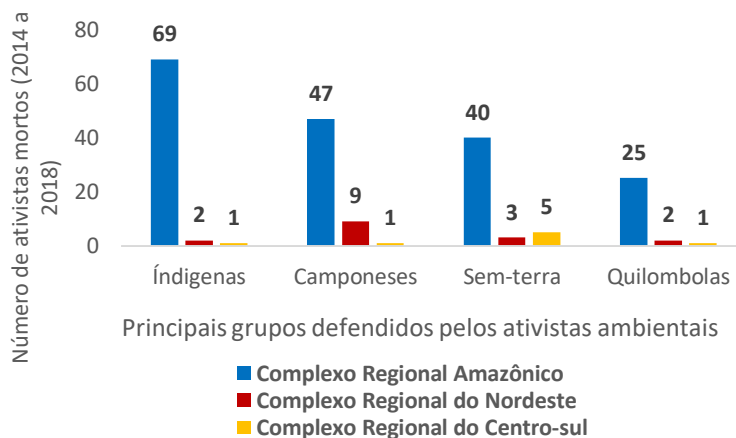


Figura 3: Gráfico dos principais grupos defendidos pelos ativistas ambientais assassinados entre 2014 e 2018, nos complexos regionais do Brasil. Fonte: Global Witness (2014 a 2018).

Em suma, há evidências de que a perseguição seletiva de determinados grupos socioculturais nos três diferentes complexos regionais do país seja fruto histórico do confortável desinteresse estatal frente à luta dessas minorias – configurando um possível caso de omissão de justiça e de descaso das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, é notória a correlação entre as macrorregiões propostas por Pedro Pinchas Geiger e o perfil dos conflitos ambientais e das comunidades locais, no Brasil.

Neste interim, verifica-se a necessidade de concretização dos valores democráticos no contexto do ativismo ambiental brasileiro, especialmente no Complexo Amazônico. Assim sendo, é imprescindível que o poder público aja, com a criação de novos projetos intra-regionais, adaptando-se às singularidades locais, para, enfim, reverter o cenário de fraude, perseguição e impunidade edificado no Brasil, com o intuito de garantir a harmonia entre o uso consciente dos recursos naturais e a coexistência dos importantes grupos tradicionais do país.

REFERÊNCIAS

GEIGER, P. P. Divisão Regional e Problema Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, v.32 n.2, p. 157-170. Brasil, 1970.

GLOBAL WITNESS. Ambiente Assassino: O Aumento de Homicídios de Defensores Ambientais e de Utilização de Terras. Relatório Anual. Reino Unido, 2014.

GLOBAL WITNESS. Pior Ano da História para Ativistas do Meio Ambiente e da Terra: 2016. Relatório Anual. Reino Unido, 2017.

GLOBAL WITNESS. A que Preço? Negócios Irresponsáveis e o Assassinato de Defensores da Terra e do Meio Ambiente em 2017. Relatório Anual. Reino Unido, 2018.

GLOBAL WITNESS. Enemies of the State? How Governments and Business Silence Land and Environmental Defenders. Relatório Anual. Reino Unido, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agro 2017. Pesquisa Estatística. Brasil, 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Relatório de Atividades 2015. Brasil, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. Ed. Atlas - 5ªed. São Paulo, SP. 2002.

MERLINO, T.; MENDONÇA, M. L. (organizadoras). Direitos Humanos no Brasil 2011. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, SP. 2011.

PAULILO, M. I. S. Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio. Florianópolis, SC. 2003.

ZHOURI, A. Transnational Campaigns for the Amazon: NGOs Strategies, Trade and Official Responses. **Revista Ambiente e Sociedade**, v.6, p. 31-62, 2001b. Campinas, SP. 2001.

ZHOURI, A. Global Local Politics: Conflicting Paradigms in the Rainforest Campaign. **Revista Theory, Culture and Society**, v.21, n.2, p. 69-89. Reino Unido, 2004.